



ESTAMOS DE OLHO!

NG Águas cresce no governo do Estado

Empresa iniciou prestando serviço na Deso e depois vai para o governo do Estado através da Sedurb

O contrato da NG águas, que conta com os “serviços” do ex-diretor de Administração e Finanças da Deso, Everton Santos Teixeira, está avaliado na bagatela de R\$ 5,8 milhões para um período de 13 meses.

Trata-se apenas de um projeto piloto nos bairros Coroa do Meio e Atalaia, em Aracaju, de Controle e Redução de Perdas devendo, segundo divulgado pela própria Deso, ser estendido a toda a área metropolitana e quem sabe para todo o Estado. Será?

Depois da denúncia vir a público, foi o maior zunzunzum na Deso. Muitos

questionam o quanto a empresa está proporcionando de economia para Deso com esse “brilhante” e caro trabalho. Tem quem diga que o que mais se produz é papel.

Há uma tendência de franca expansão da NG Águas em Sergipe. Ela já foi contratada pelo governo do Estado, através da Sedurb, para elaboração do Plano Regional de Saneamento da Grande Aracaju. Tem quem diga que há também a possibilidade disso crescer ainda mais, com a elaboração do Plano Estadual de Saneamento.

Tem muito mais milhões para rolar nessa história...

||| ERRAMOS |||

No último boletim Água Quente, na matéria “Enpro tem contrato prorrogado”, saiu uma informação truncada no que diz respeito à superintendente Comercial da Deso. A Enpro não pertence a ela, mas ao marido dela.

Com relação à repercussão da matéria dentro e fora da Deso, o Sindisan quer colocar que não tem nada contra a pessoa da superintendente, nem do marido dela. Mas o que o sindicato defende é um “choque de moralidade” dentro da companhia. Só assim poderemos fortalecer a Deso em benefício dos trabalhadores e em favor da sociedade.

Nepotismo na Deso?

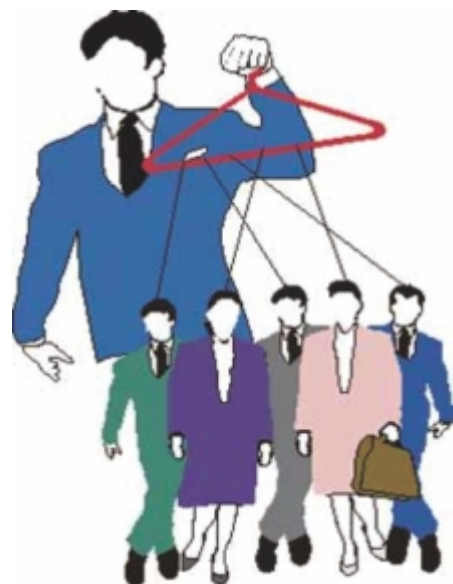
Confira o enunciado da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a

Constituição Federal.”

Isso é o que assegura a súmula do STF, e tal normativa tem que ser seguida por todos os órgãos da administração pública, direta ou indireta, o que inclui a Deso, certo?

Parece que não, pois a superintendente Comercial da companhia, cujo cargo tem status de diretoria, além do contrato com firma do marido, parece desconhecer o que é nepotismo. A irmã da superintendente, pasmem, é gerente da GSSC (Gestão do Sistema de Serviços Comerciais), subordinada direta dela. Pode?

Parece que na Deso, tudo pode...



||| SÃO CRISTÓVÃO |||

Segue o desrespeito aos trabalhadores do SAAE

Diretores do SAAE continuam desrespeitando a população de São Cristóvão no tocante à falta de cloro nas unidades de tratamento de água. No mês passado, por várias vezes o povo bebeu água sem a hipoclorito. O ITPS, não se sabe por quê, desde o final do ano passado não é visto fazendo as coletas para fazer as análise físico-químicas e análise microbiológicas da água.

Como se sabe, as análises são feitas pelo o ITPS por uma determinação do Ministério Público Estadual, pois no SAAE São Cristóvão, ao longo do tempo, seus gestores nunca se preocuparam em ter o seu laboratório próprio. Antes esses exames eram feitos por um técnico do SAAE de Estância.

CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO

Há algum tempo, um programa de rádio de São Cristóvão recebeu uma lista com vários nomes de trabalhadores contratados sem concurso público no SAAE e denunciou no ar. O tempo passou e o quadro continua na mesma. Nunca é tarde para lembrar que foi firmado entre o Ministério Público do Trabalho e o SAAE

um TAC (Termo de ajustamento de Conduta), onde constam:

1. Assegurar que a investidura em cargo ou emprego público seja realizada mediante a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos;

2. Observar que as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições mínimas previstas em lei;

3. Somente proceder a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária excepcional previsto em lei.

Segundo ainda o TAC, o descumprimento do termo de compromisso sujeitará a pessoa jurídica/física ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 300,00 (na época) por trabalhador encontrado em situação irregular, reajustável até a data do efetivo pagamento e computada da data da constatação da lesão até a data da regularização. Essas são algumas das penalidades.

Trabalhadores pedem socorro

Já está completando alguns aniversários, e os trabalhadores do SESMET da Deso pedem socorro, pois não têm EPIs, como botas de couro, botas de PVC, e ambas servem para evitar acidentes dentro das valas e em terrenos úmidos e contaminados. Faltam luvas de raspa de couro, luvas de vaqueta e cartuchos químicos, que são indispensáveis no manuseio de substituição de cilindro de cloro vazio por cilindro cheio de cloro, e o cloro é letal. Alguém teria coragem de inalar um pouquinho de cloro? Mas o trabalhador pode ficar sem EPIs (equipamento de proteção individual)?!

Lanchonete fechou

Há mais de um ano que a cantina da Deso esta fechada. Por quê? Como se sabe, muitos companheiros, que trabalham das 7 às 13 horas, saem de suas casas sem tomar café, e outros que trabalham os dois turnos também não têm direito de lanchar, a não ser que traga de casa, pois não podem nem sair para comprar ou lanchar fora, pois o salário é descontado. Vivem numa verdadeira prisão!

FNU esteve na Rio +20

A Federação Nacional dos Urbanitários e as entidades parceiras participaram, na Tenda Azul da Cúpula dos Povos, da oficina "O futuro do modelo energético em países em desenvolvimento". O encontro reuniu centenas de ativistas, sindicalistas do Brasil e do exterior, sobretudo companheiros e companheiras da América Latina, que contribuíram muito com os debates.

A oficina apontou principalmente para a importância de se democratizar as políticas energéticas dos países, ou seja, a sociedade tem que ter o direito de escolher e influenciar nas discussões das matrizes energéticas a serem adotadas pelos governos.

Durante as exposições os debatedores destacaram a necessidade da ampliação da luta urgente contra a privatização e uma nova governança deste setor com a participação popular através do controle social e público. O presidente da FNU, Franklin Moreira, destacou o momento do setor no Brasil. "Acredito que a discussão pela energia renovável muito importante, porém, temos que alertar que há muito que se avan-

çar, um exemplo é a energia eólica, que tem toda a sua tecnologia importada. Dessa forma ficamos reféns de grupos privados internacionais. O Brasil precisa construir uma indústria nacional para gerar melhores empregos e renda", avalia.

"Outro ponto fundamental para os trabalhadores e a sociedade diz respeito à democracia na política energética. O exemplo mais atual é a chamada renovação das concessões. A FNU tem feito esse debate com a sociedade alertando sobre a importância da renovação imediata, pelo risco que representa a licitação, o novo nome da privatização no setor", disse.

De acordo com o secretário de Relações Internacionais da FNU, Edvaldo Gomes, acima de tudo é preciso acabar com a visão mercantilista do atual modelo energético nacional. "A política energética do Brasil vem aprofundando os desníveis regionais, gerando pobreza em vários estados", alertou ele.

Leia mais no site da Federação, no endereço www.fnucut.org.br.



■ FNU presente na Tenda Azul da Rio +20

DIÁLOGO ABERTO

Ferrari se reúne com direção do Sindisan

No encontro foram tratados assuntos de interesse dos trabalhadores e cobranças foram feitas. Agora é esperar o retorno

No último dia 15 de junho, a direção do Sindisan teve uma reunião com o diretor-presidente da Deso, Sérgio Ferrari. A reunião contou com as presenças dos diretores Sérgio Passos, Jorge Tupi e Iara Costa. Entre outros assuntos, foram discutidos várias cláusulas do Acordo Coletivo, entre as quais o pagamento da insalubridade para todos que têm direito, o plano de cargos e carreira e remuneração – PCCR, plano de saúde, plano de aposentadoria e o concurso público.

Sobre os processos na Justiça do Trabalho, segundo o presidente da Deso, ele quer tomar pé de todos os processos e do Acordo Coletivo para tomar uma decisão sobre o que fazer em cumprimento às decisões da Justiça e do Acordo Coletivo de Trabalho.

Sobre a insalubridade aos trabalhadores de ETAs, foi pedido que a Deso pague a todos, pois só está recebendo quem entrou até 2002, que inclusive, por uma ação do sindicato

ganha na Justiça, a Deso já começou a pagar aos 109 companheiros que ganharam o direito. O Sindisan defende a extensão dos direitos aos demais trabalhadores de ETAs.

Sobre a insalubridade para quem trabalha nas redes de água, como encanador, e que se paga apenas aos trabalhadores da Capital e Regional Sul, o sindicato cobrou que o direito se estenda às demais regionais.

O sindicato também cobrou da presidência da Deso providências com relação às EPIs que estão faltando.

Com relação ao concurso que está sendo elaborado para acontecer este ano, por determinação do Ministério Público do Trabalho, o Sindisan cobrou a participação de um membro do sindicato nas discussões.

Sobre o repasse do percentual da empresa ao nosso fundo de pensão, a Deso, Sérgio Ferrari afirmou que terá uma reunião com o coordenador Aloísio Ezequiel para tomar pé da situação e ver como vai encaminhar a questão.



■ Sérgio e Tupi dialogaram com Ferrari e cobraram a pauta dos trabalhadores

RÁPIDAS

19º Congresso da nossa federação

De 14 a 17 de maio passado, no Rio de Janeiro, aconteceu o 19º Congresso Nacional dos Urbanitários, a federação que congrega os trabalhadores(as) em água, esgoto, eletricitários, em gás e meio ambiente. Mais de 500 delegados participaram e travaram várias discussões importantes sobre saneamento, água e a escassez do líquido sobre o planeta Terra, além de alertar sobre as parcerias público privadas (PPPs), sobre as quais somos veemente contra, pois água é vida e saneamento é saúde, e não podem ser tratadas como mercadoria.

Em função da Rio +20, é importante fazer este registro, porque precisamos lutar pela água em favor da nossa soberania. Participaram do 19º Congresso os companheiro(as) Sérgio, Tupi, e Iara. Foram aprovadas várias propostas que foram encaminhadas à presidente Dilma e aos ministérios das Cidades, das Minas e Energias, e do Meio Ambiente, e que foram discutidos na Rio +20.

OAB-SE vai mover ação contra o TCE

O Conselho Seccional de Sergipe da Ordem dos Advogados do Brasil classificou como inconstitucional o quadro de servidores do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. O Conselho entendeu que o quadro é composto por um quantitativo de cargos comissionados e servidores requisitados que extrapola os limites da razoabilidade e da proporcionalidade em relação aos servidores efetivos.

Dos 917 funcionários do órgão, 693 são de cargos requisitados, comissionados ou terceirizados (75,3%), e apenas 224 são efetivos de carreiras (24,7%). “Deve-se, a partir do Tribunal de Contas, dar exemplo, afinal o TC exerce uma função constitucional da maior importância. Manter um quadro de servidores de composição eminentemente técnica, mediante ingresso de concurso público, atende as demandas da sociedade, da fiscalização e da correta aplicação dos recursos públicos”, enfatizou o advogado Maurício Gentil, vice-presidente da OAB-SE.

RESPOSTA

A quem interessa um falso abaixo-assinado?

Nos últimos anos, não por coincidência, toda vez que se aproxima a nossa data base, surgem listas e abaixo-assinados. Este ano não foi diferente. Surge mais um abaixo-assinado, segundo informação, sendo divulgada por alguns companheiros que fizeram parte da oposição nas últimas eleições do sindicato, o que mostra o caráter político dessa ação, visando atingir o sindicato e seus dirigentes.

E o pior, com informações que não são verdadeiras, como a que está sendo difundida, de forma irresponsável, de que o setor jurídico do sindicato perdeu o prazo dos cálculos, que os processos estão perdidos, e que o sindicato está parado.

Queremos informar à categoria que todos os processos que são citados na lista estão ganhos e é praxe jurídico aguardar o primeiro prazo expirar para solicitar prorrogação deste prazo para que sejam realizados todos os cálculos. E eles estão sendo feitos.

E nesta terça-feira, 03 de julho, está agendada uma reunião no Sindisan, às 17h30, para esclarecimentos sobre todos os processos citados na lista: os interstícios, indenização de horas extras, e a natureza salarial dos R\$ 234,00 que hoje sai como Programa Alimentação, e que a partir de julho, graças à Advocacia Operária, passará a ser pago como "Natureza Salarial", uma vitória do Sindicato e dos trabalhadores ignorada por aqueles que defendem o "quanto pior, melhor" para os seus interesses particulares.

É bom destacar que o Sindisan tem uma das mais respeitadas e competentes assessorias jurídicas do Brasil no que diz respeito a causas trabalhistas, a Advocacia Operária, que diferente da maioria dos escritórios de advocacia, só pega causa de trabalhador, jamais causa patronal.

E esta mesma assessoria jurídica não vai entrar com ação por danos morais e materiais, mesmo com a gravidade das acusações, contra esses que encabeçaram esse abaixo-assinado porque o seu estatuto não permite qualquer ação contra trabalhador.

Além disso, é importante ressaltar que o abaixo-assinado não cumpriu o previsto no Estatuto do sindicato. Mesmo assim, a direção do Sindisan não tem nada a esconder e presta os esclarecimentos aos associados diariamente, basta procurar. Sempre estivemos à disposição.

Sobre a prestação de contas, informamos que estamos aguardando a conclusão dos trabalhos contábeis para realização da assembleia de prestação de contas. Cabe aqui informar que o atraso se deve não por culpa do sindicato, e que já cobramos o contador do Sindisan para disponibilizar a prestação de contas logo.

Alertamos, ainda, a todos os companheiros que se aproxima mais uma data-base, e é necessário construir a unidade dos trabalhadores, deixando de lado essas coisas, que só prejudicam os interesses históricos e imediatos dos trabalhadores e só favorecem o patrão, no caso, a direção da Deso.

Negociações salariais que estão abertas

Sobre a Convenção Coletiva dos trabalhadores do SAAE de Estância, foi enviado ofício, no dia 9 de maio, com a pauta de reivindicações da categoria e até o presente momento não houve retorno por parte da direção do SAAE.

Estamos aguardando para negociar. A categoria espera ansiosa, o sindicato tem cobrado constantemente, mas a direção do SAAE se sai com aquela enrolação básica de patrão. Até quando?

Já no SAAE de São Cristóvão, a direção do Sindisan fez uma assembleia com os trabalhadores, no dia 20 de junho, tirou uma pauta, que foi aprovada pela categoria, e que será encaminhada por estes dias.

No aguardo...

Os funcionários da Cohidro esperam pelo fechamento do Acordo Coletivo com ansiedade. Depois de quase quatro meses esperando a direção se pronunciar sobre o reajuste do servidor, o governo já enviou para a Assembleia Legislativa o projeto com o percentual de reajuste dos servidores (5,02%, ou seja, o INPC do período). Continuamos aguardando a direção da Cohidro se pronunciar para chamarmos uma assembleia, lembrando que o ticket-alimentação já tem dois anos sem reajuste.

Cadê esse povo?

Entre comissionados e requisitados, são aproximadamente 75 servidores enchendo a folha de pagamento da Cohidro, e alguns deles nem vão ao setor de trabalho. Recebem a sua comissão ou gratificação prestando serviços em outros lugares. Há aqueles que vão para ocupar cargos sem conhecimento do que tem a fazer; mas também tem aqueles servidores requisitados e funcionários que não aparecem há muito tempo no setor de trabalho, como é o caso de muitos funcionários que estão lotados no perímetro de Tobias Barreto. A reforma ficaria melhor se todos comparecem ao trabalho.